

21/06/2016

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 130.533 AMAZONAS**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: ADEMAR DANTAS DA SILVA</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

**EMENTA**

*Habeas corpus*. Penal. Constitucional. Pesca em local proibido. Crime ambiental tipificado no art. 34, *caput*, e parágrafo único, inciso III, da Lei nº 9.605/98. Proteção criminal decorrente de mandamento constitucional (CF, art. 225, § 3º). Reconhecimento do princípio da consunção entre as condutas imputadas. Tema não analisado pelas instâncias antecedentes. Dupla supressão de instância que não se admite configurada. Não conhecimento. Precedentes. Atipicidade das condutas. Pretendida aplicação da insignificância. Impossibilidade. Interesse manifesto do estado na repressão às condutas delituosas que venham a colocar em situação de risco o meio ambiente ou lhe causar danos. Paciente surpreendido com 120 kg (cento e vinte quilos) de pescado. Conduta revestida de intenso grau de reprovabilidade, já que potencialmente suficiente para causar danos significativos ao equilíbrio ecológico do local da pesca. Conhecimento parcial de *habeas corpus*. Ordem denegada.

1. A questão relativa ao princípio da consunção não foi tratada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região nem submetido ao crivo do Superior Tribunal de Justiça. Portanto, sua análise, de forma originária, pelo STF, configuraria inegável dupla supressão de instância, a qual não se admite. Precedentes.

2. Não há como se afirmar, de plano, que a conduta do paciente, surpreendido com “1 (uma) canoa, 3 (três) malhadeiras de mica malha 50 medindo 60 (sessenta) metros de comprimento, além de 120 (cento e vinte) quilos de pescado obtido em um único dia em área proibida”, seria

**HC 130533 / AM**

inexpressiva ao ponto de torná-la irrelevante.

3. A quantidade significativa de pescado apreendido em poder do paciente, revela-se potencialmente suficiente para causar danos ao equilíbrio ecológico do local da pesca (Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá), não havendo que se falar, portanto, em incidência do princípio da insignificância na espécie.

4. **Habeas corpus** do qual se conhece parcialmente. Ordem denegada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em conhecer, em parte, da impetração e, quanto a essa parte, denegar a ordem, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO DIAS TOFFOLI  
Relator

21/06/2016

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 130.533 AMAZONAS**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: ADEMAR DANTAS DA SILVA</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

## **RELATÓRIO**

### **O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

**Habeas corpus**, com pedido de liminar, impetrado em favor de Ademar Dantas da Silva, apontando como autoridade coatora a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento ao RHC nº 59.632/AM, Relator o Ministro **Leopoldo de Arruda Raposo**.

Alega a impetrante, em síntese, que as circunstâncias do caso concreto autorizam a aplicação do princípio da insignificância.

Aduz, para tanto, que o paciente foi denunciado por infração ao art. 34, **caput**, e inciso III, da Lei 9.605/98, pois, em 21/12/99, foi autuado pelo IBAMA “por haver pescado no interior de Unidade de Conservação de Uso Sustentável (Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá), bem assim por haver efetuado, ainda, o transporte do produto da pesca” (fl. 20 – anexo 3).

Afirma que a conduta do paciente, “por si só, não tem o poder de lesionar o bem jurídico, logo não há crime, e assim deve-se considerar atípica a conduta” (fl. 5 da inicial).

De outra parte, aduz, que “conduta de pescar e num mesmo contexto fático transportar o produto extraído consiste na prática, em tese, de uma única infração penal descrita no art. 34 da lei ambiental, em razão da incidência do princípio da consunção” (fl. 7 da inicial).

Requer o deferimento da liminar para “suspender a ação penal em curso na origem – processo 2003.32.00.008247-5 em curso na 2ª Vara Federal Criminal - e seus efeitos (...)” (fl. 10 da inicial).

**HC 130533 / AM**

No mérito, pede a concessão da ordem para

“reconhecer e declarara a incidência do **Princípio da Insignificância**, que tem como corolário o reconhecimento **da atipicidade material da conduta**, a qual decorre do caráter fragmentário do direito penal, tendo em vista que este só deve ser aplicado, como *última ratio*, vez que presentes TODAS as diretrizes/requisitos traçados por esta Colenda Corte, na espécie, levando ao reconhecimento do denominado crime de bagatela” (fl. 11 da inicial – grifos da autora).

Alternativamente, pede

“a concessão da ordem de *habeas corpus* a fim de declarar que a conduta de pescar e, num mesmo contexto fático, transportar o produto extraído, consiste na prática, em tese, de uma única infração penal descrita no art. 34 da lei ambiental, em razão da incidência do princípio da consunção e da vedação do *bis in idem*” (fl. 11 da inicial – grifos da autora).

Indeferi o pedido de liminar e por estar o **habeas corpus** devidamente instruído, dispensei o pedido de informações.

O Ministério Público Federal, em parecer de lavra da Subprocuradora-Geral da República **Cláudia Sampaio Marques**, opinou pelo não conhecimento da impetração e, caso dela se conheça, pela denegação da ordem.

É o relatório.

21/06/2016

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 130.533 AMAZONAS

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Como relatado, volta-se esta impetração contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento ao RHC nº 59.632/AM, Relator o Ministro **Leopoldo de Arruda Raposo**.

Narra a impetrante, na inicial, que

“[o] Ministério Público Federal ofereceu denúncia em desfavor do paciente em razão de, **no dia 21.12.1999**, ter pescado no interior de **reserva de uso sustentável** (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá), imputando-lhe a prática do crime previsto no artigo 34, caput, e Parágrafo único, inciso III, da Lei 9605/98 (**por ter pescado e transportado o produto da pesca!**)

Após o recebimento da denúncia em **09.12.2003**, houve a proposta de suspensão do processo, sendo a mesma aceita **em 23/07/2004**, sem ter ocorrido o efetivo cumprimento das condições impostas, em razão de terem sido cominadas em descompasso com as condições pessoais do autor do fato. Ocorre que paciente ofertou proposta de cumprimento adequada à sua situação pessoal. No entanto, foi designado o Hospital Regional de Tefé para o paciente trabalhar - de acordo com sua condição pessoal - na horta do referido hospital, não se cumprido integralmente em razão da saúde do paciente.

Em fevereiro de 2014 (**03.02.2014**) o órgão de acusação ‘descobre’ que o paciente não havia cumprido integralmente as condições impostas e requer a revogação da suspensão condicional do processo, tendo sido ordenado o impulso do processo pelo magistrado singular (e-STJ fl.209)” (grifos da autora).

**HC 130533 / AM**

Contra essa decisão do juízo de primeiro grau, a defesa do paciente impetrou ordem de **habeas corpus** ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cuja ordem foi denegada.

Daí a interposição do RHC nº 59.632/AM ao Superior Tribunal de Justiça, que a ele negou provimento em acórdão assim ementado:

“RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. FEITO SUSPENSO EM RAZÃO DA ACEITAÇÃO DO SURSIS PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES PELO ACUSADO. REVOGAÇÃO DA BENESSE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

1. Os prazos para a finalização dos atos processuais não são peremptórios, podendo ser flexibilizados diante das peculiaridades do caso concreto, em atenção e dentro dos limites da razoabilidade.

2. No caso dos autos, a demora na tramitação do processo não decorreu da inércia do Poder Judiciário, mas sim das diversas tentativas em descobrir, por meio de cartas precatórias e expedição de ofícios, se o recorrente teria ou não cumprido as condições que lhe foram impostas na proposta de suspensão condicional do processo, o que afasta a ilegalidade vislumbrada na irresignação. Precedentes.

PESCA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL. APREENSÃO DE 120 (CENTO E VINTE) QUILOS DE PEIXE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. CONDUTA QUE CAUSOU DANOS AO ECOSSISTEMA. TIPICIDADE DOS FATOS. DESPROVIMENTO DO RECLAMO.

1. Esta Corte Superior de Justiça e o Supremo Tribunal Federal reconhecem a atipicidade material de determinadas condutas praticadas em detrimento do meio ambiente, desde que verificada a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de

**HC 130533 / AM**

reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada. Precedentes.

2. Na espécie, foram apreendidos em poder do recorrente 1 (uma) canoa, 3 (três) malhadeiras de mica malha 50 medindo 60 (sessenta) metros de comprimento, além de 120 (cento e vinte) quilos de pescado obtido em um único dia em área proibida, circunstâncias que revelam que a lesividade ao meio ambiente não foi ínfima a ponto de tornar irrelevante a conduta a ele imputada.

3. Recurso improvido” (anexo 6).

Essa é a razão pela qual se insurge a impetrante neste **writ**.

Pelo que há na decisão proferida pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, não se vislumbra ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia que justifique a concessão da ordem. Com efeito, a decisão proferida por aquela Corte encontra-se suficientemente fundamentada, estando justificado o convencimento formado.

Ademais, não vejo como afirmar, de plano, que a conduta do paciente, surpreendido com “1 (uma) canoa, 3 (três) malhadeiras de mica malha 50 medindo 60 (sessenta) metros de comprimento, além de 120 (cento e vinte) quilos de pescado obtido em um único dia em área proibida”, seria inexpressiva ao ponto de torná-la irrelevante.

Com efeito, a quantidade significativa de pescado apreendido em poder do paciente, revela-se potencialmente suficiente para causar danos significativos ao equilíbrio ecológico do local da pesca (Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá).

Logo, não há que se falar em incidência do princípio da insignificância na espécie.

Nesse sentido, destaco:

“PESCA DE CAMARÕES DURANTE O PERÍODO DE REPRODUÇÃO DA ESPÉCIE. ALEGAÇÃO DE INSIGNIFICÂNCIA EM FACE DA PEQUENA QUANTIDADE DE CAMARÃO PESCADO, BEM COMO DE INÉPCIA DA INICIAL POR AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA

**HC 130533 / AM**

CONDUTA E INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. AUSÊNCIA DE PERÍCIA DEMONSTRATIVA DA MATERIALIDADE. DESNECESSIDADE. Para o trancamento da ação penal, a ausência de tipicidade deve ser evidenciada de plano. Além de noventa quilos de camarão aparentemente não ser insignificante, tal juízo depende de valoração das provas produzidas. A denúncia está baseada no auto de infração ambiental da lavra do IBAMA, bem como na documentação administrativa pertinente, o que afasta a alegação da ausência de prova da autoria e da materialidade do delito. Writ denegado” (HC nº 86.249/SP, Primeira Turma, Relator o Ministro **Ayres Britto**, DJ de 31/3/06).

Anoto, por fim, que a questão relativa ao princípio da consunção não foi tratado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região nem submetido ao crivo do Superior Tribunal de Justiça. Portanto, sua análise, de forma originária, neste ensejo, configuraria inegável dupla supressão de instância, a qual não se admite.

Nesse sentido: HC nº 113.172/SP, Primeira Turma, de **minha relatoria**, DJe de 17/4/13; HC nº 118.836/PA-AgR, Segunda Turma, Relatora a Ministra **Cármen Lúcia**, DJe de 8/10/13; HC nº 116.857/ES-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Teori Zavascki**, DJe de 21/5/13; HC nº 114.583/MS, Segunda Turma, Relator o Ministro **Cezar Peluso**, DJe de 27/8/12; HC nº 92.264/SP, Primeira Turma, Relator o Ministro **Menezes Direito**, DJ de 14/12/07; e HC nº 90.654/SP, Primeira Turma, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 25/5/07, entre outros.

Em verdade, a pretensão da impetrante é a de submeter a questão diretamente ao Supremo Tribunal Federal, sob o manto de concessão da ordem, ainda que de ofício, o que vulnera sobremaneira o sistema de competências constitucionalmente estabelecido.

Como bem pontuou a Procuradoria-Geral da República em seu parecer, “com a retomada do curso do processo, a pretensão deve ser deduzida perante o juízo de primeira instância e não, *per saltum*, em sede de *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal”.



**HC 130533 / AM**

Ante o exposto conheço em parte do **habeas corpus** e, quanto à parte de que conheço, **denego** a ordem.

É como voto.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 130.533**

PROCED. : AMAZONAS

**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**

PACTE.(S) : ADEMAR DANTAS DA SILVA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, conheceu, em parte, da impetração e, nessa parte, denegou a ordem, nos termos do voto do Relator. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 21.6.2016.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Teori Zavascki.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Ravena Siqueira  
Secretária